

CONTINUAMOS À ESPERA

Campanha Continuamos à Espera... Pelos Direitos Humanos participa na construção da Agenda de Desenvolvimento pós 2015:

O QUE É A CAMPANHA:

Uma campanha de Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global, baseada e promotora de Direitos Humanos e centrada nas temáticas da Saúde Sexual e Reprodutiva, Justiça Social, Igualdade de Género e Oportunidades. É da iniciativa de organizações portuguesas da sociedade civil: **P&D Factor** – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento, **CCC**- Associação Corações com Coroa, **AJPAS** – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde e **Oikos** – Cooperação e Desenvolvimento.

Uma campanha sensibilização e acção que parte de uma chamada de atenção para as situações de profunda discriminação e desigualdade que continuam a existir em qualquer parte do mundo e face às quais não podemos ficar indiferentes nem a aguardar que os tempos e a mudança de mentalidade resolvam.

Continuamos à Espera pretende **INFORMAR, INSPIRAR, MOBILIZAR e AGIR** em torno da *Agenda de Desenvolvimento Pós-2014/15 com vista à promoção e defesa de um ambiente social e político favorável ao exercício dos direitos humanos em igualdade de todas as pessoas, sobretudo as mais invisíveis e que mais facilmente estão em situações evitáveis de vulnerabilidade, pobreza, doença e exclusão: as raparigas e as mulheres.*

Apesar dos compromissos assumidos na Declaração do Milénio (que definiu em 2000 os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio -ODM- assinada pela totalidade dos países então existentes), revisões e documentos posteriores, Continuamos à espera de ver as pessoas no centro das políticas e agendas de desenvolvimento e assegurar que todas as pessoas, sobretudo as mulheres e as adolescentes, tenham acesso à informação, aos serviços e à protecção que precisam para ter uma vida segura, saudável e gratificante.

Iniciativa:

P&D FACTOR



AJPAS

oikos
cooperação e desenvolvimento

Apoio:



OBJECTIVO

Continuamos à Espera parte da constatação do que foi ou não alcançado com os ODM e das razões que o determinaram, do que está por cumprir no Plano de Acção do Cairo (1994) e de Beijing (1995), bem como dos acordos posteriores. Pretende alargar e aprofundar o âmbito de intervenção e a participação cativa e efetiva de cidadãos e cidadãs; conhecer a sua opinião, os seus pontos de vista e o que consideram ser prioritário para o Mundo Pós-2015 em matéria de Saúde Sexual e Reprodutiva, Educação, Justiça Social, Igualdade de Género e Oportunidades, tendo como base a abordagem de Direitos consagrada em muitos compromissos nacionais e internacionais.

Continuamos à Espera alerta para a necessidade de cada pessoa individualmente ser interveniente e atuante enquanto cidadão e cidadã no apelo à concretização dos Direitos Humanos à escala global.

Continuamos à Espera é um movimento que apela a um papel mais interveniente e ativo na construção da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 que atenda aos Direitos Humanos e às desigualdades mais gritantes e que são esquecidas:

- **A saúde sexual e reprodutiva** (saúde materno- infantil, planeamento familiar, saúde de adolescentes, prevenção do VIH e Sida, parto e maternidade segura;
- **A educação** das raparigas (que promova o conhecimento, a manutenção no sistema de ensino e formação, que previna os casamentos precoces e forçados, a gravidez adolescente, a mutilação genital feminina, a violência e a discriminação);
- **A igualdade de género e de oportunidades** (que assegure a participação e reconhecimento dos contributos políticos, sociais e económicos das mulheres);
- **A justiça social** que, no respeito pelos direitos humanos, promova e defenda o trabalho digno, a proteção social e o empoderamento como essenciais ao desenvolvimento das pessoas, das famílias, das economias e do mundo.

Continuamos à espera apela ao debate, ação e contributo de parlamentares, de governos, de profissionais, de líderes juvenis, de associações não-governamentais, de IPSS, de fundações, de escolas, de universidades, de *opinion-makers*, de jornalistas, de órgãos de comunicação social e da população em geral.

As várias formas de pobreza e exclusão social têm por base um défice em matéria de Saúde, Igualdade, Educação e Justiça Social - aspetos essenciais à realização dos Direitos Humanos. A informação, os serviços, os cuidados e a proteção são fundamentais para garantir vidas melhores e um futuro sustentável para todas as pessoas sem exceção.

Iniciativa:



Apoio:



ALGUNS FACTOS:

No mundo:

- **140 milhões de crianças e mulheres são sujeitas a uma forma de Mutilação Genital Feminina;**
- **67 milhões de raparigas com menos de 18 anos são forçadas a casar;**
- **1 em cada 9 raparigas casará antes dos 15 anos. 95% dos partos de mães adolescentes ocorrem em países em desenvolvimento;**
- **+ 200 milhões de mulheres querem e não têm acesso a métodos de planeamento familiar e 1 em cada 5 raparigas será mãe antes de completar 18 anos.**
- **Todos os dias, 800 mulheres morrem de causas evitáveis relacionadas com a gravidez e o parto; 99% dessas mortes ocorrem em países em desenvolvimento. Para as adolescentes e mulheres, em muitos países, esta é a principal causa de morte.**
- **A manterem-se as tendências recentes, em 2015, cerca de mil milhões de pessoas viverão ainda com menos de 1,25 dólares/ 0,92 euros por dia.**
- **A educação protege as raparigas do casamento precoce e da gravidez adolescente, no entanto apenas 30% das raparigas a nível mundial completam o ensino secundário.**

Em situação de dificuldades económicas ou sociais as famílias optam por investir na educação dos rapazes em detrimento das raparigas.

É tempo de todas as raparigas viverem o seu potencial presente e futuro:

- **Sem riscos de práticas nefastas como os casamentos forçados ou mutilação genital feminina;**

Iniciativa:

P&D FACTOR



APAS

oikos
cooperação e desenvolvimento

Apoio:



CONTINUAMOS À ESPERA

- Livres de violência sexual e doméstica;
- Sem risco de uma gravidez não desejada e precoce;
- Livres do VIH e outras Infeções Sexualmente Transmissíveis;
- Com condições e recursos de educação e saúde para planear as suas famílias.

4

AGENDA PÓS-2015

A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 é um processo liderado pelas Nações Unidas que visa definir o quadro de Desenvolvimento Global que irá suceder os **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)**. Os ODM, acordados em 2000, enquadram oito áreas estratégicas: redução da pobreza, ensino primário, igualdade de género e empoderamento das mulheres, saúde materna, combate ao VIH/SIDA, malária e outras doenças, a sustentabilidade ambiental e promoção de uma parceria global para o desenvolvimento. **O prazo definido para a realização/consecução desses objectivos é o ano de 2015.**

À medida que nos aproximamos do fim do prazo estipulado para a sua implementação, está a ser feito um balanço dos progressos conseguidos até agora e, em paralelo, está a ser realizado mundialmente um debate sobre o estabelecimento de prioridades e sobre quais as iniciativas a realizar depois do ano 2015. Com o impulso que os ODM geraram, **as agências das Nações Unidas desenvolvem neste momento trabalho e conversações em parceria com governos, sociedade civil, tendo em vista a criação e elaboração de uma nova Agenda de Desenvolvimento pós-2015.**

Mas em 2014 há importantes balanços a fazer e decisões a tomar: **qual o futuro dos Planos de Acção de 1994 (Cairo - População e Desenvolvimento), 1995 (Pequim – Mulheres), 2000 (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) em que Portugal participou e de que forma vão as questões da saúde materna e da igualdade de género integradas nas futuras agendas e desenvolvimento mundiais, nas prioridades europeias e de cada país.** Em 2013 e 2014 houve vários momentos de consulta liderados em Portugal por ONGD, Parlamento e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP – P&D Factor, UNFPA, OIM, CNJ, CICL e Plataforma Portuguesa das ONGD.

DESTINATÁRIOS/AS da CAMPANHA:

População em geral, Parlamentares, agentes de decisão política e responsáveis técnicos, organizações não-governamentais e sociedade civil em geral.

Iniciativa :



Apoia :



CONTINUAMOS À ESPERA

Recursos e alguns Impacto:

Postais: 4 “Continuamos à espera” (80.000)

Vídeo/ Spot “Continuamos à espera...” (2 versões: 124.000+11.800)

FB: <https://www.facebook.com/continuamosaespera> (+11.500)

Landing page: www.popdesenvolvimento.org/continuamosaespera (mais de 200.000 vistantes)

Spot na RTP e Cartaz na Imprensa

Exposição Too Young to Wed / Novas demais para casar - depois de inaugurada na sede da ONU em Nova Iorque (11 de Outubro de 2012) e passar por várias capitais e países, chegou a Portugal com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e o Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, IP através da P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento - no âmbito da Campanha Continuamos à Espera com as associações CCC- Associação Corações com Coroa, AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde e Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, e apoio da Caixa Geral de Depósitos esteve em Lisboa aberta ao público de 1 a 15 Setembro. Foi visitada por cerca de 6.000 pessoas das quais 220 deixaram registo de opiniões no Guest Book

Apelos: 33 Parlamentares de todos os partidos com representação parlamentar

Somos a primeira geração capaz de acabar com todas as causas e formas de pobreza no Mundo.

A informação, o empoderamento e os direitos das pessoas são fundamentais para garantir vidas melhores e um futuro sustentável

Os compromissos estão assinados. É urgente passar do papel à Ação pelas pessoas!

Iniciativa:

P&D FACTOR
Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento



AJPAS

oikos
cooperação e desenvolvimento

Apoio:



33 Parlamentares respondem à mobilização da campanha "Continuamos à Espera..... " e participam na Construção da Agenda Pós-2015 com depoimentos escrito e/ou em vídeo e apelos às negociações e prioridades do futuro quadro de Desenvolvimento, Saúde, Direitos, Educação, Igualdade e Cooperação Global.

Continuamos à Espera é um movimento que apela a um papel mais interveniente e activo na construção da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 que atenda aos Direitos Humanos e às desigualdades mais gritantes e que são esquecidas: **saúde sexual e reprodutiva, educação das raparigas, igualdade de género e de oportunidades e justiça social**

Continuamos à espera apela ao debate, ação e contributo de parlamentares, de governos, de profissionais, de líderes juvenis, de associações não-governamentais, de IPSS, de fundações, de escolas, de universidades, de *opinion-makers*, de jornalistas, de órgãos de comunicação social e da população em geral.

As várias formas de pobreza e exclusão social têm por base um défice em matéria de Direitos, Educação e Saúde, incluindo Sexual e Reprodutiva, Igualdade e Justiça Social - aspetos essenciais à realização dos Direitos Humanos e Desenvolvimento. A informação, os serviços, os cuidados e a proteção são fundamentais para garantir vidas melhores e um futuro sustentável para todas as pessoas sem exceção.

Iniciativa:

PDFACTOR



APAS

oikos
respeito e desenvolvimento

Apoio:



Depoimentos:

Teresa Caeiro, CDS, Vice Presidente da Assembleia da República, Vice-coordenadora do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (GPPsPD)



"É necessário garantir e lembrar de enunciar nos documentos proposta, nas negociações e argumentário às Agendas de Desenvolvimento e Direitos Humanos pós 2015 a educação e manutenção no sistema de ensino de meninas e raparigas, o acesso a cuidados e serviços de saúde sexual e reprodutiva, a igualdade e justiça social..... é, assim, confirmar em coerência os compromissos políticos nacionais e internacionais assinados, também por Portugal, em matéria de prevenção e proteção face a práticas nefastas como a MGF, casamentos infantis, forçados ou combinados, a violência doméstica e todas as formas de discriminação com base no género, o planeamento familiar, a saúde materna, infantil e de adolescentes... Fazer de todas as pessoas, países e organizações na Agenda pós 2015 actores vocais no fim da pobreza e das vulnerabilidades. Mulheres, Crianças e Jovens, Famílias e Migrantes, os resultados e roteiros da CIPD e dos ODM assim o exigem em benefício de todos, também em Portugal, na Europa e no Mundo. "

Mónica Ferro, PSD, Coordenadora do GPPsPD e Membro do Comité Executivo do EPF



"A agenda pós-2015 deve estar centrada na realização dos direitos humanos. O direito ao desenvolvimento e o direito à saúde devem ser objetivos centrais numa agenda que terá que ser operacionalizada qualitativa e quantitativamente. Garantir, com compromissos claros e monitorizáveis, o acesso a direitos humanos como o planeamento familiar e a saúde sexual e reprodutiva e direitos conexos é salvar vidas, é permitir quebrar ciclos de pobreza, empoderar raparigas e mulheres e contribuir para a construção de sociedades mais justas e mais dignas. Porque todos contam, apenas uma agenda das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas pode garantir que mais nenhuma mulher perde a vida ao dar vida, que mais nenhuma criança casa precocemente, que a maternidade na infância é combatida e que os jovens (com as suas necessidades mas também com o seu potencial) são chamados ao centro do processo de tomada de decisão. Uma agenda com a saúde sexual e reprodutiva assumida como fundamental para uma vida saudável, mas também como condição para o fim das causas estruturais da violência contra as mulheres, e como potenciador do desenvolvimento económico de famílias, sociedades e países é o primeiro passo para um mundo mais digno, mas é apenas o primeiro."

Iniciativa:



Apoio:





Maria Antónia Almeida Santos, PS, Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde e Membro do GPPsPD

"A Saúde e a Educação são marcos essenciais do desenvolvimento assente nos referenciais de Direitos Humanos. A universalidade da Saúde, em matéria de cuidados primários de saúde, e o investimento na Educação formal (sobretudo das raparigas nos países com práticas como a Mutilação Genital Feminina e os Casamentos Forçados e Precoces) são promotores de Igualdade e

Cidadania e, por isso, essenciais para que se cumpram os Direitos Humanos de todas as pessoas.

É necessário que haja monitorização das medidas, partilha de experiências e debates entre parlamentares e sociedade civil dos vários países. E sobretudo é necessário mudar o paradigma para que a cultura e a tradição não sejam obstáculos aos Direitos Humanos.

É preciso sobretudo vontade política para cumprir o que está acordado... desde 1994 (PoA CIPD)".



Elza Pais, PS, Presidente da Sub-Comissão de Igualdade

"A pobreza e a discriminação são questões inconciliáveis com a promoção de políticas de Direitos Humanos, tal como a Igualdade de Género e os Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva indissociáveis dos quadros de Desenvolvimento. Garantir às mulheres de todas as idades e países o exercício das suas potencialidades e direitos, exige que a decisão política, as estratégias e os planos coloquem as pessoas, a

cidadania e a igualdade no centro do debate político, o que nem sempre acontece nas narrativas sobre a crise económica e a procura das soluções para a ultrapassar. Promover a igualdade e a cidadania, recentemente retirada dos currículos escolares - o que é pena - é, não só uma das mais elementares questões de justiça social, como é fundamental para a promoção do desenvolvimento e das dimensões sociais e humanas que o devem integrar de forma estruturante. A sociedade civil tem um papel mobilizador, de proximidade, de informação e de alerta que é urgente integrar, cada vez mais, nos quadros das decisões para que o agir de hoje tenha impacto na construção de uma sociedade onde jovens e mulheres tenham uma papel mais ativo e mobilizador de maior justiça social para todas as pessoas.

O que falta fazer : é preciso que o Programa de Ação do Cairo de 1994, a Plataforma de Acção de Pequim de 1995 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, sejam efetivamente desígnios nacionais e mundiais. Não basta escrever, é urgente fazer acontecer e afirmar os direitos humanos, pelas pessoas e pelo mundo!"

Iniciativa :



Apoio :





Luísa Salgueiro, PS, Coordenadora da Comissão de Saúde e Vice-Coordenadora do GPPsPD

"Exige-nos centrar os esforços colectivos nas pessoas com quem os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) falharam: mulheres e jovens; a Saúde Materna foi o objetivo menos alcançado, porque recursos e vontades políticas o determinaram. Logo, à Agenda pós 2015 exige-se que seja coerente para mulheres e jovens. É crucial que em documentos e à mesa das negociações nacionais, regionais e mundiais os governos coloquem, sem reservas e com visão global, os Direitos e a Saúde Sexual e Reprodutiva, a Maternidade e Paternidade seguras e responsáveis e a Igualdade como determinantes para o desenvolvimento das famílias e das economias. Portugal deve e pode fazê-lo!"

Luís Fazenda, BE, Membro do GPPsPD



"De facto, os compromissos do Plano de Ação do Cairo(1994) estão em grande parte por cumprir. Refiro-me aos objetivos 7.44 e às ações 7.45 e seguintes, que têm no centro as jovens adolescentes e a responsabilidade dos governos reduzirem significativamente as gravidezes nesta idade. As ferramentas estão lá previstas: educação, informação, assistência na saúde mas, principalmente, planeamento familiar. Não se pode dissociar a elevada mortalidade de jovens grávidas à resistência de muitos governos em desenvolver o planeamento familiar junto das comunidades. Resistências provindas de obstáculos religiosos, economicistas ou simplesmente por negligência social. Qualquer tipo de resistência a estes programas não pode ser meramente visto, em linguagem tecnocrática, como um "mau" indicador. O planeamento familiar e a contraceção não são uma benesse do poder. São, em si, um Direito Humano e, como tal, inviolável. E devem ter a necessária tradução nas leis dos países e nos seus serviços. Este é um combate global. Primeiro, ganham-se as consciências. Depois, as ferramentas reclamam-se. Temos de ser parte dessa transformação."

Iniciativa :

PD&FACTOR



APAS

oikos

cooperação e desenvolvimento

Apoia :



APELOS # Continuamos à Espera

CONTINUAMOS
À ESPERA

**ACESSO UNIVERSAL AO
PLANEAMENTO FAMILIAR E
SAÚDE SEXUAL
E REPRODUTIVA**



Mónica Ferro, PSD
Coordenadora do GPPSPD



Pedro Delgado Alves, PS,
Membro do GPPSPD



Rita Rato, PCP



Mariana Mortágua, BE



Gabriela Canavilhas, PS



Laurentino Dias, PS



Catarina Marcelino, PS



Elsa Cordeiro, PSD



Ana Catarina Mendes, PS

Iniciativa:



Apoio:



(Membro do GPPsPD em anterior legislatura)



Nilza de Sena, PSD



Sónia Fertuzinhos, PS

(Membro fundador do GPPsPD e EPF)



Teresa Caeiro, CDS, Vice-Coordenadora do GPPsPD,

Vice-Presidente da AR

Iniciativa:



Apoio:



CONTINUAMOS
À ESPERA

**PROTEGER AS RAPARIGAS
DE TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA**



Maria Antónia A. Santos, PS
Membro do GPPsPD



Teresa Anjinho, CDS
Membro do GPPsPD



**Helena Pinto, BE (Membro do
do GPPsPD em anterior legisl)**



Angela Guerra, PSD



Cecília Honório, BE



Paulo Pisco, PS



Conceição Caldeira, PSD



Teresa Caeiro, CDS



Emília Santos, PSD

Vice-Presidente da AR

Iniciativa :



Apoio :



**CONTINUAMOS
À ESPERA**



Elza Pais, PS

Presidente da Sub Comissão Parlamentar de Igualdade



Carla Rodrigues, PSD

Iniciativa :



Apoio :



**EDUCAÇÃO E SAÚDE,
PARA CUMPRIR A
IGUALDADE DE GÉNERO**



Maria Manuela Tender, PSD
Membro do GPPsPD



Heloísa Apolónia, PEV



Inês de Medeiros, PS



Mário Magalhães, PSD

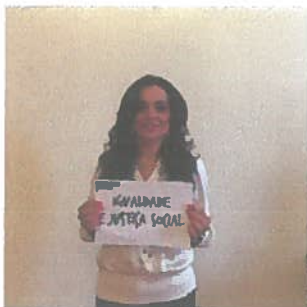
Iniciativa:



Apoio:



IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL



Luisa Salgueiro, PS

Vice-Coordenadora GPPsPD



Ricardo Baptista Leite, PSD

Membro do GPPsPD



António Filipe, PCP

Vice-Presidente da AR



António Rodrigues, PSD



João Galamba, PS



José Lello, PS

Iniciativa:



Apoio:



PARLAMENTARES NA CAMPANHA “CONTINUAMOS À ESPERA”

Partido	Nº Parlamentares	Nº GPPsPD	Nº em Apoio à Campanha	Quem apoia a Campanha
PPD/PSD	108	5	11	Ângela Guerra, António Rodrigues, Carla Rodrigues, Conceição Caldeira, Elsa Cordeiro, Emília Santos, Maria Manuela Tender, Mário Magalhães, Mónica Ferro, Nilza de Sena, Ricardo Baptista Leite
PS	74	3	13	Ana Catarina Mendes, Catarina Marcelino, Elza Pais, Gabriela Canavilhas, Inês de Medeiros, João Galamba, José Lello, Laurentino Dias, Luísa Salgueiro, Maria Antónia Almeida Santos, Sónia Fertuzinhos, Paulo Pisco, Pedro Delgado Alves.
CDS	24	2	2	Teresa Anjinho, Teresa Caeiro
PCP	14	1	2	António Filipe, Rita Rato
BE	8	1	4	Cecília Honório, Helena Pinto, Luís Fazenda, Mariana Mortágua.
PEV	2	1	1	Heloísa Apolónia
Totais	230	13	33	(14,35%)

Lisboa, 30 de Setembro 2014

Iniciativa:

PD & D FACTOR



ADAS
JJA

oikos
Espaço e Sustentabilidade

Apoio:



Reforço do Orçamento afecto em matéria de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento nas verbas afectas às áreas prioritárias da Saúde Sexual e Reprodutiva e Igualdade de Género, incluindo para o planeamento familiar, maternidade e parto seguro, fim das práticas tradicionais e todas as formas de violência e discriminação que tem por base o género, em conformidade com os compromissos políticos de redução da mortalidade materna e infantil e igualdade

Recuperar o contributo para os programas e trabalho do UNFPA, protocolado em 2007 nas matérias relevantes e assinaladas no Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2014-2017).

Reforçar os mecanismos e meios para participação da sociedade civil em programas de Direitos Humanos onde as temáticas prioritárias da Campanha estejam explícitas e possam ser promovidas em conformidade com as necessidades identificadas: Saúde Sexual e Reprodutiva, Planeamento Familiar, Educação e Saúde para Cumprir a Igualdade de Género, o fim de todas as formas de violência e exploração sobre as raparigas e a promoção da Justiça Social.

Reforçar a disseminação de materiais e iniciativas IEC (Informação, Educação e Comunicação) - em língua portuguesa - pelos projectos e programas da Cooperação Portuguesa.

Reforçar a coerência entre as políticas sectoriais com impacto em matéria de Cooperação e Desenvolvimento e os recursos afectos, nomeadamente em matéria de APD

Contribuir para o reforço da acção do Parlamento em matéria de Cooperação e da participação das ONGD naqueles que são problemas identificados e onde é possível agir

Iniciativa:



Apoio:

